

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA DO CAMPO: ANÁLISE DO PERFIL ACADÊMICO DOS DOCENTES E AGENTES EDUCACIONAIS

EDUCACIÓN AMBIENTAL EN LA ESCUELA DE CAMPO: ANÁLISIS DEL PERFIL ACADÉMICO DE PROFESORES Y AGENTES EDUCATIVOS

ENVIRONMENTAL EDUCATION IN FIELD SCHOOL: ANALYSIS OF THE ACADEMIC PROFILE OF TEACHERS AND EDUCATIONAL AGENTS

Denise Godoi Ribeiro Sanches¹

Ana Lúcia Olivo Rosas Moreira²

Resumo

A Educação Ambiental emerge do reflexo das políticas públicas e movimentos civis mediante as análises socioambientais a níveis globais com estratégias para os setores educacionais, à fim de contribuir na formação do cidadão apto às tomadas de decisões nas diversas esferas da sociedade. Esse trabalho apresenta os resultados parciais da pesquisa sobre a Educação Ambiental em um colégio da rede pública do Estado do Paraná, na modalidade “Do Campo”, com objetivo de reconhecer o perfil dos docentes, pedagogo e agentes educacionais da instituição. O campo metodológico é de natureza qualitativa de Bauer; Gaskell (2005) com os procedimentos de análises metodológicas da entrevista semiestruturada e pesquisa documental e, para desvelar os dados da pesquisa referenciada, a análise de conteúdo de Bardin (2010) apoiando nos referenciais teóricos das Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Estado do Paraná, do Projeto Político Pedagógico do Colégio e dos Planos de Trabalhos dos Docentes dos integrantes da pesquisa. As considerações parciais elencadas são de que cinco docentes e dois agentes educacionais realizaram o curso de educação do campo e destacaram a importância das atividades de educação ambiental na educação básica visando contribuir com a formação dos estudantes nas questões socioambientais com reflexos positivos na sociedade.

Palavras chaves: Educação do Campo, Formação Acadêmica e Especialização.

¹ Universidade Federal do Paraná – UFPR; Secretaria Estadual de Educação – Paraná/Brasil; denisegranches@gmail.com

² Universidade Estadual de Maringá – UEM – Paraná/Brasil; alormoreira@gmail.com



Resumen

La educación ambiental surge de la reflexión de las políticas públicas y los movimientos civiles a través de análisis socioambientales a nivel global con estrategias para los sectores educativos, con el fin de contribuir a la formación de ciudadanos capaces de tomar decisiones en las diversas esferas de la sociedad. Este artículo presenta los resultados parciales de la investigación sobre Educación Ambiental en una escuela pública del estado de Paraná, en la modalidad "Do Campo", con el objetivo de reconocer el perfil de los docentes, educadores y agentes educativos de la institución. El campo metodológico es de naturaleza cualitativa de Bauer; Gaskell (2005) con los procedimientos de análisis metodológico de la entrevista semiestructurada y la investigación documental y, para revelar los datos de la investigación referenciada, el análisis de contenido de Bardin (2010) basado en las referencias teóricas de las Pautas del Currículo de Educación Básica del Estado de Paraná, El Proyecto Político Pedagógico del Colegio y los Planes de Trabajo de los Docentes de los miembros de la investigación. Las consideraciones parciales enumeradas son que cinco maestros y dos agentes educativos tomaron el curso de educación de campo y destacaron la importancia de las actividades de educación ambiental en la educación básica para contribuir a la formación de estudiantes en temas sociales y ambientales con efectos positivos en la sociedad.

Palabras clave: Educación de campo, formación académica y especialización.

Introdução

A Educação nas Instituições Brasileiras aporta-se nas políticas públicas nacionais e estaduais, inclusive para a *práxis* da educação ambiental propostas em conformidade com os diálogos estabelecidos nas Organizações Não Governamentais (ONGs) e pelo Poder Público de diversas nações. Assim como a modalidade da educação do campo, originária dos modelos europeus, que ao longo da elaboração das constituições federais brasileiras, foi sendo abandonada pelo poder público, passando a ser motivos de discussões somente na Constituição Federal de 1988, no artigo 28, "(...) a oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação (...)" (BRASIL, 1988, p. 21).



Em Estocolmo (1972) definiram a necessidade da Educação Ambiental, com adoção de medidas para um programa de educação sobre o meio ambiente com ênfase na interdisciplinaridade de cunho escolar e extraescolar, abrangendo todos os níveis de Ensino e a população em geral (BRASIL, 1998), em Belgrado (1975) que formulam princípios e orientações para um Programa Internacional de Educação Ambiental, segundo os quais, esta, deveria ser contínua, multidisciplinar, integrada às diferenças regionais e voltada para os interesses nacionais (EFFTING, 2007, p. 34).

Em Tbilisi (1977) elaboraram as orientações internacionais que apontaram a função da Educação Ambiental como “o importante papel de fomentar a percepção da necessidade de integração do ser humano com o meio ambiente” (GUIMARÃES, 1995, p. 15). Em Moscou (1987) discutiram a educação ambiental na formação dos profissionais, instigando e defendendo a formação de profissionais de nível técnico e universitário (MORAES, 2009) e no Rio de Janeiro (1992), a Rio-92, foi elaborada a Agenda 21, com propostas os princípios da educação para sociedades sustentáveis e responsabilidade global, envolvendo diversos segmentos da sociedade civil, órgãos governamentais e instituições sociais, científicas e educacionais (BRASIL, 1992).

Mesmo assim, após os diversos encontros significativos, a educação ambiental não apresentou a total efetivação das leis das políticas públicas e dos seus pressupostos nas esferas governamentais e sociais. E, em relação às leis da educação do campo nacionais e estaduais, foram promulgadas as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo (2002) e as Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação Básica do Estado do Paraná (2008), que também não foram merecidamente enfatizadas mesmo nos ambientes específicos de escolas do campo.

Dessa forma, buscamos encontrar nessas especificidades da educação, a educação ambiental na escola do campo uma razão para o contínuo trabalho como docentes e pesquisadoras na *práxis* educativa e, para isso, concretizamos nossos desejos com o objetivo de reconhecer o perfil dos docentes, equipe pedagógicas e agentes educacionais atuantes em uma instituição da modalidade da educação do campo na região nordeste do Estado do Paraná - Brasil.



Metodologia

A metodologia da pesquisa pautou-se em diversos gêneros (métodos) delineados pelo adentrar na instituição e após pela profundidade que as atividades foram sobrevivendo, contudo, neste artigo que iremos enfatizar os encaminhamentos referentes a primeira categoria.

Segundo Demo (1995) a intercomunicação dos gêneros de pesquisa atuam nas diversas faces da realidade social com ênfase no ser humano como ator. Corroborando com Demo (1995, p. 13), “nenhum gênero é estanque”, assim, pautamo-nos na intercomunicação de quatro gêneros para o desenvolvimento deste trabalho: pesquisa teórica (referências bibliográficas, teorias, hipóteses, leis), pesquisa metodológica (encaminhamentos teórico-práticos), pesquisa empírica (codificação da face mensurável da realidade social investigada) e pesquisa prática (intervenção na realidade social).

O objeto pesquisado foi a educação escolar formal e os documentos oficiais que regem o estabelecimento de ensino e seus sujeitos. Optamos pela abordagem qualitativa, pois a mesma é inserida na dimensão educacional envolvendo atores sociais e, justificando assim, a pesquisa social aportada na realidade.

De acordo com Bauer & Gaskell (2005) a investigação social ou pesquisa qualitativa destaca a importância para se compreender os fenômenos humanos e realiza uma releitura das transições culturais propondo novas metodologias para subsidiar a dinâmica da vivência dos seres humanos.

A análise dos documentos, bem como a articulação entre eles, constitui um dos principais eixos dessa pesquisa, pois fundamenta um enfoque de conhecimentos acerca da práxis da Educação Ambiental na educação do campo, presentes nos respectivos documentos de um colégio da rede pública da região nordeste do Estado do Paraná: Diretrizes da Educação Ambiental do Estado do Paraná (DCEAE); Diretrizes da Educação do Campo do Estado do Paraná (DCEEC); Projeto Político Pedagógico (PPP) e Plano de Trabalho Docente (PTD).

A análise de conteúdo proposta por Bardin (2010) afirma que é o conjunto de técnicas de análise de comunicações visando obter por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, as inferências



dos conhecimentos relativos às condições de produção e ou recepção destas mensagens, que objetivam a atitude interpretativa e processos técnicos de validação da análise.

Optamos pela entrevista semiestruturada por oferecer aporte a flexibilidade quanto aos horários da entrevista (tempo de duração) e de acordo com a disponibilidade do entrevistado (pesquisado) e do entrevistador (pesquisador); possibilidade do entrevistado de se expressar oralmente; do entrevistador elaborar novos questionamentos para aprofundar na temática e a diversidade de dados que podem ser transcritos e posteriormente as análises das informações coletadas. Em específico, nesta pesquisa, realizamos as análises de conteúdo pautadas nos referenciais de Bardin (2010) iniciada com questões básicas, buscando identificar nas falas dos entrevistados os referenciais teóricos que norteiam suas práticas pedagógicas e seus entendimentos e hipóteses sobre a temática educação ambiental e a educação do campo.

As primeiras questões das entrevistas foram relacionadas ao perfil de cada profissional, o grau de instrução, o período que cursou o ensino superior e a especialização, bem como a participação no curso de formação do Programa de Desenvolvimento de Estudos (PDE) e o tempo de exercício de docente nas instituições situadas na zona urbana e/ou na zona rural podem oferecer subsídios diferentes na *práxis* pedagógica.

Questão 1. Perfil dos Professores:

- 1.1 *Qual seu curso de graduação? Em que ano concluiu?*
- 1.2 *Possui curso de especialização? Em que ano concluiu?*
- 1.3 *Já realizou o PDE? Em qual área?*
- 1.4 *Quanto tempo você tem de trabalho como docente. E na escola do campo?*
- 1.5 *Atua em outra instituição? Quais?*

O conteúdo das entrevistas foi agrupado em categorias e suas respectivas subcategorias, as quais são decorrentes das respostas dos próprios sujeitos entrevistados e analisadas pelos referenciais de análise de conteúdos de Bardin (2010) para legitimar os primeiros contatos com os integrantes da pesquisa.



Resultados e discussões

Apresentamos o perfil da formação acadêmica dos sujeitos envolvidos na pesquisa como resultado de uma estratégia para adentrarmos ao (des)conhecido pessoalmente, asseguramo-nos em Facci (2004, p. 25), pois “em todos os momentos, é necessário analisar a profissão docente levando em consideração aspectos singulares e aspectos universais, desenvolvidos a partir de transformações históricas”, para assim compreendermos o docente pela sua identidade profissional e categorizamos conforme o quadro 01.

Quadro 01: Categoria 1: Perfil dos entrevistados

Sub categoria	Unidade de registro
Docentes	Docentes (D1, D2, D3, D4, D5, D7, D8, D9, D11, D12, D13, D14, D16); Equipe pedagógica (D10, D15) e Diretor (D6)
Agentes educacionais	I (AE1, AE2, AE3) II (AE4, AE5)

Docentes

Os primeiros a integrarem o grupo de pesquisa como protagonistas *in lócus* e que aceitaram participar das entrevistas e posteriormente de um grupo de estudos sobre a temática Educação Ambiental na escola do campo foram: treze docentes, um diretor e os dois integrantes da equipe pedagógica da instituição, justifica-se a subcategoria “docentes” pela atuação de todos os entrevistados seja no momento atual ou em outros período.

Ao tecermos comparações entre a formação acadêmica (graduação e especialização) e o tempo de trabalho na escola do campo, procuramos evidenciar que a trajetória educacional é um dos primeiros passos para conhecermos o universo escolar, suas características e seus anseios nas suas atividades pedagógicas.

Por meio das entrevistas semiestruturadas elaboramos uma tabela que demonstra a especificidade da formação acadêmica, dos cursos de especializações, a disciplina que leciona, bem como o período de atividade na função e de atuação no colégio do campo e em outro estabelecimento.



Quadro 02: Formação acadêmica, disciplina e tempo de atuação dos integrantes do grupo de estudo.

Sujeito	Graduação	Pós Graduação	Disciplina na instituição	Vínculo e Experiência na docência	Atuação no colégio do campo
D1	Matemática	Ed. especial	Matemática	QPM: 8 anos	4 anos
D2	Pedagogia	Ed. especial	Sociologia	PSS: 5 anos	3 anos
D3	Relações Internacionais Pedagogia Geografia	Logística e planejamento empresarial Gestão Ed. especial Psicopedagogia	Pedagoga e geografia	PSS: 4 anos	4 anos
D4	Arte	Artes visuais Ed. Especial	Arte	QPM: 8 anos	4 anos
D5	Ed. Física	Ed. Especial Fisiologia do exercício Educação física escolar	Ed. Física	PSS: 10 anos	6 anos
D6	Ciências Biológicas	Ed. básica e interdisciplinaridade Ed. do campo	Direção escolar	QPM: 30 anos	30 anos
D7	Letras/Inglês:	Ensino de língua inglesa Neuropedagogia Ed. Especial	Inglês	PSS: 4 anos	6 meses
D8	Ciências Biológicas	Ed. especial Ed. infantil Ed. do campo	Biologia	PSS: 4 anos	6 meses
D9	Ciências Biológicas	Educação, Arte e terapia Ed. Especial	Ciências	PSS: 2 anos	8 meses
D10	Pedagogia História Geografia	Ensino de História, Geografia Psicopedagogia	Pedagogo	PSS: 25 anos como pedagogo e 40 anos: docente	40 anos
D11	Letras	Língua Portuguesa e Literatura Educação do Campo	Língua Portuguesa	QPM: 23 anos	23 anos
D12	Letras – Inglês	Ensino de Língua Inglesa Língua Portuguesa	Inglês	QPM: 18 anos	18 anos
D13	Biologia	Ed. do Campo Ed. especial Gênero e diversidade	Ciências e Biologia	PSS: 3 anos	1 ano
D14	Física	Ed. especial Psicopedagogia	Física	PSS: 2 anos	1 ano



		Tutoria à Distância			
D15	Pedagogia	Ed. especial	Pedagoga	PSS: 2 anos	1 ano
D16	Filosofia	Ed. do Campo Ed. Especial: em curso Ed. de Jovens e Adultos	Filosofia	PSS: 3 anos	2 anos

O processo de formação do docente inicia-se com a educação básica, tem sequência na graduação, especificidade na pós graduação e anseios contínuos na prática pedagógica e nos cursos de formação continuada, ou seja, a formação do professor é marcado por um início, com inúmeras ressignificações ao longo do percurso o que o impulsiona a dar continuidade nos mais diversos campos dos saberes.

O corpo escolar integrantes do grupo dessa pesquisa é formado por docentes, diretor e membros da equipe pedagógica, com formação acadêmica em licenciatura plena concluídos entre os anos de 1987 – 2013.

Percebemos que os docentes (D6, D11, D12) que concluíram o ensino superior nas décadas de 1980 e 1990, antes da promulgação da LDB, Lei nº 9394/96 sentiram a necessidade de retornar aos estudos em função das modificações nos currículos da Educação Básica e estes os fizeram por meio dos cursos de pós graduação em Educação Básica e interdisciplinaridade: 1999 (D6), Língua Portuguesa e Literatura: 2001 (D11) e Ensino de Língua Inglesa: 2001 e Língua Portuguesa: 2002 (D12), visto que as DCE do Estado do Paraná são fundamentadas em Gasparini e Saviani pautando na pedagogia histórico - crítico.

Percebemos que alguns docentes iniciaram a carreira do magistério sem ter o ensino superior (D6 e D10), apenas com a formação do Ensino Técnico do Magistério, atualmente Formação Docente. Esse é um fato importante a se destacar, pois demonstram que os mesmos buscaram a formação acadêmica depois do ingresso no trabalho, corroborando com promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9394/96 e as DCN para a Formação de Professores da Educação Básica, que determina que todo docente da Educação Básica seja graduado e licenciado atuando especificamente de acordo com sua formação do Ensino Superior.



Alguns docentes do grupo iniciaram o trabalho como docente ainda na fase acadêmica (D5, D7, D9, D13, D16). Exatamente, a metade dos docentes da instituição (D1, D2, D3, D4, D5, D7, D8, D10) graduaram-se entre os anos de 2004 – 2010 e os docentes (D3, D9, D12, D13, D16) são recém formados, graduados entre os anos de 2012 e 2014. Os docentes (D3 e D10) possuem três cursos de ensino superior e, atualmente são pedagogos na instituição, mas atuaram como docente na disciplina de geografia no mesmo local.

A preocupação com a realização do curso de especialização é frequente no grupo, pois todos realizaram cursos de e pós graduação *Latu sensu* em diversas áreas de Educação, destacamos que a maioria desses sujeitos possuem especialização em Educação Especial (D1, D2, D3, D4, D5, D7, D8, D9, D13, D14 e D16 – em curso), e apenas os docentes (D1 e D2) possuem uma única especialização, inclusive esta é na área de Educação Especial. Esse curso foi muito procurado em função de oferecer a oportunidade do docente trabalhar nas escolas especiais e ainda, houve a implantação das salas de recursos no Ensino Fundamental.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, inclui à Educação Especial na modalidade de educação escolar, preferencialmente ofertada no ensino regular para alunos com necessidades especiais, assegurando, quando necessário, apoio especializado na escola regular, à fim de atender as especificidades dos educandos oriundos da educação especial ou mesmo da educação regular, assegurando currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica (BRASIL, 1996).

Entre os períodos de 2000 a 2002, intensificou-se o processo de discussão da inclusão no sistema de educação do Estado do Paraná que resultou na elaboração do documento “Educação inclusiva: linhas de ação para o Estado do Paraná” sistematizando a política pública de inclusão educacional. Assim como despertou nos docentes a necessidade de ter acesso às leis da educação inclusiva e do trabalho pedagógicos adequados para a formação do aluno especial no sistema regular de ensino, justificando a quantidade de docentes com especialização em Educação Especial, mesmo tendo outro curso de especialização na área específica de formação.

Em relação a temática específica da Educação Ambiental, apenas o docente (D10) realizou um curso de especialização na área de Impactos Ambientais no ano de



2005, evidenciando que o grupo de estudos poderia ser um ambiente favorável para os diálogos acerca da temática.

Os docentes (D8 e D11) cursaram a especialização em Educação do Campo entre os anos de 2011 – 2013 e os docentes (D6, D13 e D16) estão cursando. Percebemos aqui que os docentes estão empenhando-se na formação continuada, buscando o conhecimento para suas práxis pedagógicas, confirmamos isso também analisando o vínculo profissional destes professores. O docente (D6) está cursando a especialização, demonstrando interesse em adquirir conhecimento sobre a área, mesmo atuando a mais de 20 anos no mesmo estabelecimento de ensino, ou seja, na educação do campo.

Os docentes (D8, D13 e D16) são contratados pelo Processo Seletivo Simplificado (PSS) e podem ser favorecidos com esta especialização, quando concorrem a vagas na Educação do Campo. Porém identificamos que os demais docentes (D1, D2, D3, D4, D5, D7, D9, D10, D12, D14, D15) não possuem essa especialização em Educação Ambiental e, aqui fortalece a participação no grupo de estudo como um espaço para colaborar com as atividades de ensino e aprendizagem na Educação do Campo.

No tocante ao vínculo profissional, os docentes (D1, D4, D6, D11 e D12) são pertencentes ao Quadro Próprio do Magistério, ou seja, são docentes efetivos e trabalham na instituição há 8 anos (D1 e D4), 18 anos (D12), 23 anos (D11) e 30 anos (D6), este vínculo assegura a estabilidade trabalhista ao docente, garantindo-lhe o direito a continuidade de suas propostas de trabalho, conhecimento da instituição e da comunidade escolar, proporcionando um trabalho mais diferenciado e adequado a Educação Básica local.

Os docentes (D2, D3, D5, D7, D8, D9, D10, D13, D14, D15) são contratados pelo Processo Seletivo Simplificado (PSS), suas atividades pedagógicas são muito importantes, pois no processo de ensino e aprendizagem para com os alunos não há distinção de vínculo empregatício dos docentes, contudo estes também precisam estar motivados a exercer a profissão e muitas vezes adaptar seus horários na instituição com outros empregos fixos ou mesmo temporários, pois normalmente não podem ter dedicação exclusiva à docência em função da instabilidade.



Segundo Gouveia et al (2006) no seu trabalho “Custo-aluno-ano e a situação dos profissionais da educação” o vínculo empregatício e a rotatividade dos docentes influenciam na qualidade da práxis pedagógica.

Nesse sentido a contratação temporária de docentes (PSS), além de ter um impacto negativo na qualidade do ensino oferecido nas escolas, por haver sempre necessidade de novas contratações pode-se considerar que a rotatividade docente impede a interação do docente – discente – prática pedagógica – comunidade escolar não almejando um dos princípios da Educação Ambiental e do Campo, a interação práxis docente e a comunidade escolar.

É interessante, neste caso destacar o tempo de docência dos integrantes do grupo de estudo, pois possuem uma média de 3 anos de docência e, na Educação do Campo, contudo os docentes QPM apresentam um tempo significativo de trabalho na instituição, inclusive o atual pedagogo (D10) trabalha no colégio desde a sua fundação, há 40 anos. Os docentes (D6, D11, D12) possuem 30; 23 e 18 anos de docência, enquanto que o docente PSS (D5) tem 10 anos de serviço nesta mesma instituição.

Concluimos que há uma grande rotatividade de professores neste estabelecimento, mas há alguns que fazem parte da instituição a mais tempo. Destacando para o trabalho neste colégio, os docentes (D7, D8 e D9), iniciaram seus trabalhos a poucos meses; os docentes (D13, D14 e D15) possuem um ano de experiência, os docentes (D16, D2, D3 e D5) trabalham no colégio há 2, 3, 4 e 6 anos respectivamente, reforçando assim que grande parte dos docentes trabalham na instituição a menos de 3 anos.

Pela análise do perfil profissional dos sujeitos do grupo de pesquisa, atualmente, a formação acadêmica dos docentes atuantes na educação do campo tem demonstrado uma evidente reestruturação, que foram ocorrendo por meio da implantação de políticas e reformas educacionais, pelas necessidades do próprio ambiente de trabalho e pelas oportunidades geradas pelos cursos de especialização descentralizados que buscam contribuir para a melhoria dos sistemas educacionais e, especialmente com a formação docente na Educação Básica.



Agentes educacionais

A participação dos agentes educacionais I e II no grupo de pesquisa, aconteceu de forma inesperada, pois a proposta inicial não os incluía no grupo de estudos, apenas os docentes. Contudo a contribuição destes sujeitos vem ao encontro com as ideias de Pimenta (2005) em relação aos pressupostos da pesquisa-ação que fazem parte de um grupo (comunidade escolar) com objetivos comuns, interessados em um problema que emerge do contexto social atual e com possibilidades de desempenharem seus papéis da educação básica.

Elaboramos o perfil dos agentes I e II, na identificação buscamos informações acerca dos seus cargos, o tempo de trabalho, o vínculo profissional e a escolarização de cada profissional na instituição expressa no quadro 03:

Quadro 03: Perfil dos Agentes educacionais (AE) I e II

Identificação	Cargo	Tempo de trabalho	Vínculo profissional	Graduação Ano de conclusão	Especialização Ano de conclusão	Curso pró-funcionário
AE1	AE I	22 anos	QFEB	—	—	Realizou em 2009
AE2	AE I	22 anos	QFEB	—	—	Realizou em 2009
AE3	AE I	22 anos	QFEB	—	—	Realizou em 2012
AE4	AE II	4 anos	READ	Letras/ Inglês	Ed. do Campo Ed. Especial	Não
AE5	AE II	4 anos	READ	Administração	Ed. do Campo	Não

Os agentes educacionais I possuem 22 anos de serviço na instituição, são concursados, pelo vínculo QFEB e realizaram o curso “Prófuncionário” – Programa Nacional de Valorização dos Trabalhos em Educação, no âmbito do Estado do Paraná. Este curso é oferecido aos agentes educacionais I e II desde o ano de 2006 com o objetivo de qualificar os agentes educacionais em Nível Técnico, pautando-se na Resolução nº 05/05 e o Parecer nº 16/05, ambos do CNE e do Conselho Estadual de Educação, a Resolução n. 4111/06 dispõe sobre o

“Programa Nacional de Valorización dos Trabalhos em Educação pelo Departamento de Educação Profissional da Secretaria de estado da Educação, a partir de março de 2006 (PARANÁ, 2006).

Os agentes educacionais I da instituição pesquisada realizaram o curso Pró funcionário na área de Gestão Escolar, nos anos de 2009 (A1 e A2) e em 2012 (A3). Já os agentes educacionais II são profissionais contratados e de acordo com a Resolução n.4111/06 (PARANÁ, 2006) para participar do curso deve ser funcionário estatutário, pertencente ao Quadro Geral.

Os agentes educacionais I possuem o Ensino Médio, visto que é uma das exigências para participar deste curso, já os agentes educacionais II tem Ensino Superior. A agente educacional (A4) concluiu o curso de licenciatura em Letras/Inglês e a agente educacional (A5) o curso de bacharel em Administração e ambas participaram do curso de especialização em Educação do Campo. Percebemos aqui o interesse dos agentes educacionais em conhecer o campo de trabalho, pois a agente (A5) é da área de Administração e mesmo assim foi buscar informações acerca da temática, convergindo com suas funções no estabelecimento que atua como secretaria no colégio do campo.

Com a integração dos agentes educacionais I e II no grupo de estudos pautamos na expressão “saber ambiental” de Leff (2001) pois traz a emergência da construção de um novo saber sobre as concepções do progresso, sobretudo na mudança de postura e da nova sociedade que a integra ao ambiente.

Os agentes educacionais I e II participam do processo educacional no ambiente escolar, sendo assim, colaboram com a formação dos novos sujeitos sociais num movimento dinâmico cuja abordagem traz aspectos políticos, sociais, econômicos e ambientais à fim de (re)construir as práticas sociais com ações conscientes, críticas e capazes de transformar a comunidade na qual a instituição está inserida e que os discente interagem num dado momento histórico.

Considerações finais

Pela análise do perfil dos participantes da pesquisa, concluímos que os sujeitos relacionados a práxis docente, possuem graduação e especialização, na área de atuação, alguns com mais de 20 anos de atividade na mesma instituição,



enquanto que a maioria tem de 6 meses a 5 anos de atividade na escola, uma parte considerável dos professores são concursados, mas somente dois deles residem no bairro, os demais moram em na zona urbana do município ou em outros municípios, o que demonstra pouca convivência com as atividades da comunidade escolar.

Quanto aos cursos de especialização, a maioria realizada na modalidade à distância, semipresencial, cinco deles tem especialização na educação do campo e nenhum tem especialização em educação ambiental.

O adentrar na instituição escolar do campo, observando, entrevistando, conversando, escutando atentamente, percebemos que para muitos o conformismo intelectual ainda é o motivo de estagnação dos sujeitos, mas me convenci de que para os sujeitos saírem do conformismo necessitam de um ponto de partida comum das suas próprias referências, que foram sendo construídas ao longo de toda sua trajetória familiar, educacional e demais instâncias sociais.

A trajetória é composta por diversos caminhos, ora que se cruzam, ora se unem e ora se divergem, contudo, para que a apropriação do conhecimento e transpasse para a sociedade, torna-se relevante o trabalho de colaboração entre todas as esferas sociais e, assim refletir na formação de demais cidadãos críticos, colaborativos e capazes de tomar decisões acerca da transformação da sua própria comunidade.

Sendo assim, nosso trabalho de pesquisa, corrobora com as afirmações de Silva e Santos (2008, p. 3) a “Universidade pode e deve constituir-se como parceira no enfrentamento de desafios sempre presentes em processos de formação continuada de professores.”

Continuar intervindo é, igualmente, tarefa da educação superior, seja por meio de políticas de formação inicial, com crescente busca pela qualidade na formação de seus egressos, seja por meio de políticas e práticas de extensão, com vistas à crescente interação social e nos ofereceram um diagnóstico prévio da visão do grupo de estudos que iríamos iniciar sobre a temática da educação ambiental na educação do campo, pois possibilitou-nos o conhecimento de diferentes pontos de vista e prática pedagógica em uma mesma instituição de ensino.



Referências

- BARDIN, L. (2010) **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70.
- BAUER, M. W.; GASKEL, G. (Eds.). (2003) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 2. ed. Trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes.
- BRASIL. (1996) **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 5ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara.
- BRASIL. (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal.
- BRASIL. (1992) **Tratado de educação ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global**. Disponível em: <<http://www.rebea.org.br/vquemsomos.php?cod=908>>. Acesso em: 10 de nov. 2018.
- BRASIL. (1998) **Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo**. Desafios e propostas de Ação. Luziânia, 1998.
- DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3ed. São Paulo: Atlas.
- FACCI, M. G. D. (2004) **Valorização ou esvaziamento do trabalho do professor?** um estudo crítico-comparativo da teoria do professor reflexivo, do construtivismo e da psicologia Vigotskiana. Campinas, SP: Autores Associados.
- GOUVEIA, A. B.; CRUZ, R. E.; OLIVEIRA, J. F.; CAMARGO, R. B. (2006) Condições de trabalho docente, ensino de qualidade e custo-aluno-ano. **Revista Brasileira de Política e Administração Educação**. v.22, n.2, p. 253-276, jul. /dez.
- GUIMARÃES, M. (2005) **A dimensão ambiental na educação**. Campinas -SP: Papirus.
- LEFF, Ernest. (2001) **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Rio de Janeiro: Vozes.
- MORALES. A. G. (2009) **A formação do profissional educador ambiental: reflexões, possibilidades e constatações**. Ponta Grossa: Ed. UEPG.
- SILVA, N. M. A.; SANTOS, A. M. (2008) Gestão da formação continuada de professores: um estudo a partir de um programa de extensão. **Anais. Congresso Nacional de Educação – EDUCERE**. Acesso: 09.jul.2015. Disponível em:



http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/766_746.pdf

PIMENTA, S. G. (Org.). (2005) **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 4. Ed. São Paulo: Cortez.

PARANÁ. (2006) **RESOLUÇÃO N. 4111/06 – GS/SEED**. Credenciamento e autorização de cursos do Parecer n. 67/06. Publicado no Diário Oficial nº. 7314 de 20 de Setembro de 2006. Acesso em: 14.abr.2015. Disponível em: <http://legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarato.do?>

PARANÁ. (2008) **Diretrizes e bases da educação básica do estado do Paraná**. SEED: Curitiba – PR.

PARANÁ. (2006) **Diretrizes curriculares da educação do campo**. Secretaria do Estado da Educação. Curitiba: SEED-PR.

